



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

UM DEBATE INICIAL SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

RITA DE CASSIA CRISTINO MARCOS RISSI ¹

RESUMO: Analisar a relação entre o Serviço Social e a questão étnico-racial no Brasil contemporâneo, a partir de autores de uma perspectiva decolonial, mas principalmente pelas autoras feministas negras que ousaram relacionar as opressões de gênero, raça e classe: sem hierarquizá-las, mas na direção de provocar um olhar para as opressões que recaem principalmente para as mulheres negras e periféricas.

Palavras-chave: Serviço Social; questão étnico-racial; políticas educacionais.

ABSTRACT: To analyze the relationship between Social Work and the ethnic-racial issue in contemporary Brazil, from authors from a decolonial perspective, but mainly by black feminist authors who dared to relate gender, race and class oppressions: without hierarchizing them, but in the direction of provoking a look at the oppressions that fall mainly on black and peripheral women.

Keywords: Social service; ethnic-racial issue; educational policies.

1 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica

1.INTRODUÇÃO:

Propor uma articulação entre o Serviço Social e a questão étnico-racial no Brasil surge no movimento de autorreconhecimento como uma mulher negra e assistente social. Atuar em uma Instituição de Ensino Pública e Federal é olhar para as salas de aula cada vez mais preenchidas por jovens negros, é andar pelos corredores admirando o orgulho dos cabelos crespos, da alegria de ocupar um espaço que não havia sido jamais pensado ser possível por eles e seus familiares. Mas, é também compreender o racismo estrutural da sociedade brasileira que ainda permanece latente para além dos processos de autorreconhecimento individuais e/ou coletivos.

Observar o espaço de trabalho nos traz reflexões sobre os avanços das políticas públicas de educação do nosso país, apesar de todos os limites e retrocessos que a atual gestão federal impõe. Quando adentramos uma instituição de ensino médio técnico pública e federal, visualizamos a política de expansão incentivadas desde 2008, na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad

(2005-2011) e o avançar das políticas de cotas socioeconômicas e raciais (Lei Federal nº12711 de 2012), além das ações de permanência com o programa de assistência estudantil (Decreto Federal nº 7234 de 2010).

Destaco que este é um processo político e pedagógico de desconstrução dos ensinamentos racistas que estruturam e são estruturantes da sociedade brasileira. O encontro com estas contribuições teóricas do movimento negro e decolonial, para além do processo formativo universitário, é um fator que demonstra a distância que a formação universitária brasileira e aqui especificamente a formação do assistente social, faz em relação a compreensão do Brasil por uma perspectiva que leve em consideração o processo violento de colonização na nossa formação social.

Cumprer ressaltar, que o Brasil é o país mais negro, fora do continente africano, ficando neste continente, apenas atrás da Nigéria (fonte: Revista Ciência Hoje, 2022, Ed:387), além de ter sido o último país a abolir a escravidão.

Neste sentido, me proponho seguir com os autores que analisam o Brasil pela abordagem decolonial e na busca por caminhar com as contribuições das mulheres negras. daquelas que ousaram relacionar as opressões de gênero, raça e classe na sociedade brasileira, sem hierarquizá-las, mas na direção de provocar um olhar para as opressões que recaem principalmente para as mulheres negras e periféricas. Entre elas cito e me referencio para a escrita deste artigo: Lélia González, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Carolina de Jesus, Beatriz Nascimento, Nilma Lino Gomes, entre tantas outras que ainda busco aproximações para caminhar nesta jornada.

Portanto, proponho dialogar com autoras e autores que desconstruem o mito da “democracia racial” brasileira, além de afirmarem a importância de no processo de formação do/a assistente social, nos debruçarmos nos estudos e análises sobre a estrutura racista da sociedade brasileira, para que nos seja possível compreender as particularidades do lugar dependente do país no sistema capitalista mundial. Também pretendo, com a pesquisa do doutorado, percorrer um caminho que não esvazie de sentido os princípios profissionais do/a assistente social; princípios estes,

estabelecidos no código de ética profissional de 1993, de maneira a garantir que os direitos e condições de acesso as políticas públicas sejam passos para a superação da estrutura opressora da sociedade brasileira.

Haider (2019) ao falar do sistema de opressão étnico-racial a partir de uma análise do processo identitário e o racismo dos Estados Unidos da América, provoca o debate sobre a animalização e desumanização do outro neste processo. Ao me aproximar deste autor, busco reconhecer esta opressão nas análises sobre o Estado Brasileiro, numa perspectiva de vislumbrar horizontes de superação desta lógica.

Portanto, o assistente social em sua formação precisa compreender esta perspectiva, para não esvaziar de sentido os princípios profissionais estabelecidos no código de ética profissional do assistente social de 1993, como o princípio de: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados (conforme o 6º princípio ético profissional).

Neste sentido, o debate sobre as diferenças e a garantia de direitos e condições de acesso as políticas públicas precisam ser passos de construção para uma sociedade mais justa, igualitária e menos opressora, de acordo com o princípio ético profissional de: optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (8º princípio ético profissional).

Como parte da pesquisa, faço um levantamento bibliográfico da produção que envolve o Serviço Social e a temática racial. Do levantamento inicial já realizado para a escrita deste artigo, trago as contribuições do trabalho de Rocha (2014)² que escreveu sua tese de doutorado com o seguinte título: *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios*. Mas, também gostaria de destacar o pioneirismo do trabalho de Magali Almeida (2011) e a contribuição de Pereira e Souza (2020) para a compreensão da perspectiva de pesquisa entre a formação profissional e o debate sobre a questão racial.

2 (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Rocha (2014) disserta sobre a importância da questão étnico-racial no processo de formação do assistente social com a sua inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares versando sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Portanto, segundo a autora, a questão étnico-racial precisa atravessar de maneira central a formação do assistente social, para além de cumprir os avanços legais e o compromisso ético-político profissional com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de acordo com os princípios do código de ética profissional do assistente social de 1993.

(...)com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político profissional, esse debate precisa, sobretudo, ser tratado pelo Serviço Social sob a perspectiva da construção de outra sociabilidade, que passa, sem dúvida, pelo campo da cultura, mas também pelas relações econômicas, políticas, sociais, regionais, ambientais. É nessa direção que o estudo sobre temas como o etnocentrismo deve ser tratado. Não como mais um elemento histórico e cultural das relações sociais de um povo ou povos, mas, sobretudo, como um fenômeno constituinte de relações de opressão e dominação, que, no caso brasileiro, manifesta-se através do pensamento hegemônico eurocêntrico que, historicamente, constrói e mantém relações de discriminação e desigualdades raciais (ROCHA, 2014, p.121).

Mantendo este diálogo com Rocha (2014) o debate da questão étnico-racial precisa compor de maneira central e transversal as disciplinas que compõem a formação profissional, com a perspectiva estrutural e estruturante que o racismo se encontra na sociedade brasileira. Logo, falar sobre a questão racial é relacioná-la aos demais temas tão caros a nossa formação como: a contrarreforma do Estado, que têm impacto avassalador sobre as camadas mais empobrecidas da sociedade; a reestruturação produtiva, a criminalização da pobreza; o extermínio da juventude, tendo o marcador racial nestas análises.

Fernandes (1972/2007) analisa dados censitários da população de São Paulo, as características de declaração racial e a inserção no mercado de trabalho e analisa a inserção da população negra em postos de trabalho que exigem pouca qualificação, identificando uma grande fenda na inserção dos negros na sociedade e a ausência de políticas históricas de reparação social do Estado brasileiro, após o período de abolição da escravidão no Brasil. Florestan indica a ausência de uma preparação de pessoas escravizadas em trabalhadores livres, em um mesmo

período de incentivo a imigração dos trabalhadores livres europeus, por parte do Estado brasileiro, numa perspectiva de embranquecer a população.

Conforme Ortegá (2018):

(...) uma das principais assertivas da perspectiva decolonial, que se dedica a recuperar e produzir saberes a partir desses lugares e sujeitos que têm em comum as marcas da subalternização na era moderna. Essa abordagem decolonial lança uma nova luz sobre os processos que marcam o início da era moderna e sobre como eles, muitas vezes aparentemente encerrados no passado, estruturam as relações na contemporaneidade. Na verdade, mais do que simplesmente lançar uma nova luz, o projeto decolonial busca resgatar pensamentos e autores que já realizavam esse trabalho teórico e que, no entanto, não tiveram a devida importância em seu tempo e lugar, em razão dos próprios processos da colonialidade e da subalternização. (ORTEGAL, Leonardo. 2018 p.414-415).

Como contato inicial: trago as contribuições do pensamento do movimento negro brasileiro e a obra de Lélia González, como uma importante intérprete do Brasil. Uma mulher negra professora universitária, militante do Movimento Negro Unificado, que nos traz análises importantes para pensarmos racismo, colonialismo, sexismo e seus efeitos na sociedade brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO:

Para fazer esta proposta epistêmica, busco me apropriar das pistas e passos já percorridos por Lélia González, que elabora uma análise sobre Brasil, a partir das contribuições africanas e indígenas e ousa propor um conceito analítico de uma *América Ladina*, que não fala o português da língua do colonizador e sim um *pretuguês*, com as contribuições e inflexões entre as línguas de África e dos indígenas.

Lélia González nos atenta que a dimensão racial precisa compor a análise da realidade brasileira e em seu artigo: *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1979)*³, a autora nos aponta a violência do processo de escravização no Brasil e o mito da “democracia racial”. Mito este que encontra caminhos na obra de Gilberto Freyre: *Casa Grande e Senzala* ({1933}2006), onde o

3 LIMA; RIOS. 2020, p.49-64.

autor analisa a sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva da família brasileira. O autor destaca que o papel violento dos colonos direcionados aos corpos negros e indígenas forjou a nossa sociedade, porém o autor naturaliza este mecanismo de violência

Carneiro (2020) em seu artigo: *Gênero e raça na sociedade brasileira* faz uma análise sobre esta origem violenta da formação social brasileira, do estupro colonial operado pelos colonizadores sobre as negras e indígenas e como este processo violento marcou e marca a construção social do país. Porém, optou-se na história oficial e colonizada, contar uma estória sobre a mestiçagem e a cordialidade do brasileiro, como quase uma passividade dos povos escravizados.

Para este artigo, marco a nossa análise ao período de redemocratização política, após mais de 20 anos de ditadura militar. Escolho este marco de análise, pela confluência de alguns fatores como: momento de renovação na formação e intervenção do assistente social para uma perspectiva de *intenção de ruptura*, conforme Netto (1990/2002); emergência dos movimentos sociais no país dentre eles o movimento negro unificado; e por fim o processo de redemocratização do Estado brasileiro que ressignificou a perspectiva das políticas sociais públicas, através dos marcos alavancados pela Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, faço um diálogo com Lélia González, através da obra de Ratts e Rios (2010, p.77) quando trazem a reflexão intitulada: *De negros em movimento ao movimento negro contemporâneo*, para afirmarem que apesar da redemocratização política de 1988, não ter representado uma democratização racial, o movimento negro unificado da década de 1970 deixou um legado pedagógico, fundamental para a constituição e construção de futuros marcos legais como: a obrigatoriedade do estudo da história da África e afro-brasileira nos currículos da educação básica e superior do país, além da lei de cotas raciais, a qual podemos considerar como a primeira reparação histórica do Estado brasileiro ao povo negro e indígena deste país.

Após o período de redemocratização de 1988, acompanhamos no Brasil o

aumento da capilaridade das políticas sociais públicas. Este processo permitiu que algumas conquistas do movimento negro brasileiro alcançassem espaço na formulação das políticas, principalmente em espaços de formação.

Estas pequenas conquistas fazem parte de uma tentativa de resgate da história social brasileira, trazendo a cena: a importância da história de África e da cultura afro-brasileira para além do lugar do negro como desumanizado, infantilizado, sexualizado e objeto de escravização. A introdução de conteúdo sobre a histórica de África e da cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica Brasileira, só veio em 2003, com a promulgação da Lei nº10.639/2003 e para a Educação de nível Superior como uma Resolução do Conselho Nacional de Educação, Resolução nº01 de 17 de junho de 2004.

Segundo Gomes (2017) o movimento negro brasileiro tem um grande papel educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Em diálogo com a autora afirmo que a produção de saberes deste movimento é que provocou/forçou por um processo de mudanças nas políticas sociais públicas e, a necessidade de o mundo acadêmico produzir pesquisa e fomentar estudos com esta temática.

Nesta perspectiva, também afirmo a repetição deste movimento no que tange a formação dos assistentes sociais e a incorporação da temática racial. Pois, iniciamos este debate na categoria pelos profissionais militantes da área, na década de 1980 com uma preocupação ética e política inscritas posteriormente nos princípios do Código de ética profissional de 1993, além da pressão social dos estudantes das cotas raciais que impuseram uma outra perspectiva de análise da realidade brasileira e da intervenção profissional.

Conforme Yamamoto (1992)2007, p.179), este “compromisso político” que se coloca para o assistente social, não é suficiente para indicar uma direção à prática profissional. Segundo a autora, *opção político-moral*⁴, supõe uma formação que exige uma competência teórica. Compreendendo a teoria com um papel de fornecer parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo

4 Conforme grifo da autora.

de formação da sociedade e dos movimentos da conjuntura.

2.1 – A questão étnico-racial na formação dos assistentes sociais

Neste momento, ainda de maneira preliminar, me aproximo do caro debate entre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a emergência dos movimentos sociais e o processo de democratização do país, de acordo com o mencionado no item anterior. Neste contexto assento o debate da formação profissional, seu compromisso com os movimentos sociais e o não atravessamento de algumas pautas, como a questão étnico-racial nas diretrizes curriculares.

Neste caminho, também me referencio ao trabalho de Pereira e Souza (2020, p. 226), no que concerne: a herança colonial presente nos processos formativos das universidades brasileiras e, no caso específico na formação dos assistentes sociais, no papel das entidades da categoria ao se posicionarem favoráveis a importância da inclusão da questão étnico-racial na formação e no exercício profissional do assistente social, a partir de documentos de domínio público, em sites oficiais, nos congressos e encontros da categoria, em um esforço de compreensão da sociedade brasileira.

A tese de Rocha (2014), trata de percorrer o caminho da aproximação, ainda que tímida, dos assistentes sociais com a questão étnico-racial pontuando os trabalhos publicados em anais de congressos, assim como produções acadêmicas. Neste caminho, também me referencio ao trabalho de Pereira e Souza (2020, p. 226), no que concerne: a herança colonial presente nos processos formativos das universidades brasileiras e, no caso específico na formação dos assistentes sociais, no papel das entidades da categoria ao se posicionarem favoráveis a importância da inclusão da questão étnico-racial na formação e no exercício profissional do assistente social, a partir de documentos de domínio público, em sites oficiais, nos congressos e encontros da categoria, em um esforço de compreensão da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, podemos mencionar a proposta do Grupo de Trabalho e Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia,

Geração, Sexualidades da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), no sentido de provocar as instituições de ensino, indicando em seu relatório de trabalho (biênio 2013-2014):

(...)a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações” (ABEPSS, 2014).

Aqui, ressaltamos as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico- raciais nos currículos, com o estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.

Porém, a proposta e orientação não se traduz em uma implementação e somente em 2016 este mesmo grupo de trabalho da ABEPSS, propõe a inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, o debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal e a realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da (o) estudante no campo de estágio. (ABEPSS, 2016).

Em 2018, a ABEPSS elabora um documento intitulado: *Subsídios ao debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social* com o objetivo de oferecer elementos para o debate da questão étnico-racial no âmbito das unidades de formação em Serviço Social (graduação e pós-graduação), e nos espaços de educação permanente, conforme aponta Pereira e Souza (2020, p.226). Estes documentos também ratificam a importância da questão étnico-racial na formação profissional e na ampliação de ações de combate ao racismo.

Nesta perspectiva de trabalho educativo e de combate ao racismo, o

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estimula inúmeras campanhas e materiais educativos relacionados a atuação do assistente social nesta temática, “na perspectiva da defesa dos direitos humanos e da luta para desvelar que é uma falácia a existência da democracia racial no Brasil” (CFESS,2011, p.243; apud Pereira e Souza (2020, p.226).

Nesta aproximação, trago a reflexão de Iamamoto (1998} 2007, p.247) sobre a importância para o Serviço Social do *estudo da diversidade das situações de subalternidade*⁵ dos segmentos sociais alvos da prática profissional, de maneira a estimular a pesquisa sobre as condições de vida e de trabalho.

Portanto, busco referenciar a relevância de uma proposta de pesquisa que dialogue com a formação e intervenção do assistente social na questão étnico-racial e o processo violento de colonização brasileiro baseado na escravização de corpos negros e indígenas e o impacto deste processo na construção da formação social brasileira, que aparece ainda de forma muito tímida no processo formativo do assistente social. Almeida, Rocha e Branco (2019), sinalizam que para além dos marcos legais, que a presença atuante dos Coletivos Negros nas universidades, contribuem para o avanço da materialização da educação para relações étnico-raciais.

No levantamento bibliográfico inicial dessa pesquisa, foi possível constatar que nos últimos anos houve um aumento da preocupação dos assistentes sociais em analisar a questão étnico-racial, numa perspectiva de análise como uma das expressões da questão social, como por exemplo nas situações de enfrentamento e combate ao racismo. Segundo Rocha (2014):

O importante neste processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos *porões acadêmicos* e assumo espaço de visibilidade e importância política acadêmica. (ROCHA, 2014, p.179).

Segundo Assis e Silva (2019), na análise sobre a trajetória da questão racial no Serviço Social, somente em 1989 a temática ganha visibilidade no Congresso

5 Grifo da própria autora.

Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com a apresentação de duas teses e a reivindicação da temática étnico-racial como categoria de análise e a indicação de um eixo temático sobre raça/etnia no relatório final do Congresso.

Aqui destaco que a primeira publicação da Revista em Pauta (da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) dedicada ao debate da questão étnico-racial e o antirracismo, foi publicada em 2020 (números 45 e 46 da revista). Almeida, Rocha e Branco (2019) apontam, contraditoriamente, o Serviço Social brasileiro carrega as marcas do racismo. Consideram ainda que o racismo e a discriminação racial como expressões da luta de classes.

Sobre este cenário, dos 40 anos do congresso da “virada” é que versa o trabalho de Almeida, Rocha e Branco (2019), ao considerarem este momento histórico como marco de ruptura com a perspectiva conservadora do Serviço Social e o atual contexto social brasileiro, marcado pela redução das políticas sociais e recrudescimento dos direitos sociais pautadas pela lógica neoliberal que recaem, sobretudo, sobre as populações negras e pobres.

Com base nestas análises iniciais, formulo a seguinte hipótese para a pesquisa: estudar sobre a questão étnico-racial no Brasil é sobretudo, fazer uma leitura do Estado brasileiro a partir de uma perspectiva para além da eurocentrada e euroreferenciada, mas sim valorizando as produções sobre as relações étnico-raciais no país, a partir de autoras e autores que apontem para uma perspectiva decolonial da história sobre a nação.

É sobretudo resgatar contribuições africanas e indígenas na formação social brasileira, no processo de análise sobre o Estado brasileiro, nas políticas sociais públicas e no trabalho do assistente social. Este último que atua tanto como executor terminal das políticas sociais, como pesquisador e estudioso sobre a realidade social.

Neste sentido, reforço a busca por autores a partir de uma perspectiva de quem também atravessou por um processo de colonização similar ao que tivemos no país e, com estas contribuições analisar o Estado brasileiro e a nossa brasilidade,

que difere muito da cordialidade apontada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* ([1933]2006).

Como contato inicial: trago as contribuições do pensamento do movimento negro brasileiro e a obra de Lélia Gonzalez, como uma importante intérprete do Brasil. Uma mulher negra professora universitária, militante do Movimento Negro Unificado, que nos traz análises importantes para pensarmos racismo, colonialismo, sexismo e seus efeitos na sociedade brasileira. Sua obra e legado sobreviveram pelo cuidado dos familiares e pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA) de São Paulo, que de forma independente publicou o livro: *Primavera para Rosas Negras*, em 2018 com a reunião de quase toda a obra textual de Lélia Gonzalez.

Em diálogo com o texto de Silva, Lima e Marque (2021), podemos traçar a constituição histórica do termo decolonial, no qual embaso a minha pesquisa pela busca por autores e autoras que optam por esta perspectiva, como fontes que filosofam a partir da vida popular em sua concretude, dissenso e até mesmo confusão. Segundo os autores supracitados:

São teorias que não abdicaram da unidade subjetivo-objetivo, individual-coletivo, material-simbólico, estrutura-superestrutura, teoria-prática etc., ou seja, os princípios epistêmicos fundantes que as movimentavam vinculam-se organicamente às vicissitudes e resistências das massas populares cujas organização e educação ético-política não fica retida em vanguardas ou em importações de narrativas de aculturação. (Silva, Lima e Marque, 2021, p.202).

O assistente social em sua formação precisa compreender o sistema de opressão étnico-racial que desumaniza e animaliza o outro neste processo, conforme analisa Haider (2019). De acordo com Silva, Lima e Marque (2021, p.203), faz-se necessário superar o histórico das ações profissionais dos assistentes sociais que estiveram hegemonicamente ancoradas em epistemes que reforçaram o projeto societário da classe dominante e auxiliam a reprodução e manutenção de uma estrutura social desigual, com forte viés colonial.

Vislumbro com esta proposta de estudo, trazer o elemento da questão étnico-racial como central para pensar o Estado brasileiro e a nossa estrutura social, para que possamos construir uma formação e intervenção profissional que tenha como perspectiva/horizonte a superação da estrutura de opressão da sociedade brasileira,

ainda que compreenda que uma categoria profissional no bojo de uma sociedade capitalista não dará conta sozinha deste processo.

3.CONCLUSÃO:

Como assistente social que vende sua força de trabalho para uma instituição pública de ensino médio técnico há 10 anos, comecei a observar os corpos dos adolescentes negros e os debates fomentados e acolhidos por eles nas disciplinas de “humanas”, nos projetos de pesquisa e extensão do IFRJ, além das demandas de atendimento e nas entrevistas de ingresso pelas cotas sociais; todo este “cenário” começou a dialogar com estrutura da minha formação acadêmica e como sujeito histórico.

Comecei a entender que não bastava defender cotas raciais, ir aos debates sobre questões étnico-raciais, se eu não me implicasse, para além do compromisso ético-político. Comecei a buscar por um compromisso formativo, teórico e metodológico, que me ajudasse a compreender as expressões da questão social por uma perspectiva decolonial, de entendimento da complexidade da formação social brasileira.

Ao reconhecer esta opressão nas análises sobre o Estado Brasileiro, numa perspectiva de vislumbrar horizontes de superação desta lógica, vai ao encontro da busca de não esvaziar de sentido os princípios profissionais estabelecidos no código de ética profissional do assistente social de 1993, como o princípio de: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados (conforme o 6º princípio ético profissional).

Logo, o debate sobre as diferenças e a garantia de direitos e condições de acesso às políticas públicas precisam ser passos de construção para uma sociedade mais justa, igualitária e menos opressora; de acordo com o princípio ético

profissional de: optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (8º princípio ético profissional).

Neste processo de pesquisa, encontrei o *Quarto de Despejo* ({1960} 2014) de Carolina de Jesus, que recentemente recebeu uma homenagem póstuma de doutor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (título concedido em fevereiro de 2021 e divulgado nos veículos de comunicação). E eis aqui, uma das inquietações provocadas para a escrita desta proposta de trabalho: propor uma análise sobre o Brasil, a partir do nosso processo violento de colonização, tomando para o centro do debate a produção intelectual que foi “apagada” neste processo de dominação colonial na qual vivemos por quase 400 anos.

Ao sair do *Quarto de Despejo* achava que precisava ir ao encontro da *Casa Grande Senzala*, para compreender a mestiçagem explicada e justificada de maneira minuciosa por Gilberto Freyre, no processo de formação sócio-histórico do Brasil. Ao encontrar Freyre, percebo todas as pistas para termos chegado ao mito da “democracia racial” no Brasil e eu precisava entender o lugar do negro no mundo dos brancos e, numa outra perspectiva, sem romances e nuances, mas de uma crítica à realidade social e econômica.

Em seguida fui apresentada a Lélia González, como intérprete do Brasil. Lélia conseguiu ocupar o espaço da formação acadêmica e atuar na base da militância do movimento negro e feminista, inclusive se candidatou a cargos políticos públicos, compreendendo a importância da sua trajetória na construção de políticas de ampliação de direitos, nas pautas de gênero, raça e classe.

Ao retornar para os jovens do meu espaço de trabalho, identifiquei que muitos são a primeira geração que alcançaram o ensino médio e ousam sonhar com um ingresso em universidades públicas. Jovens pobres e em sua maioria negros tentando romper um ciclo de pobreza, que talvez tenha começado entre a *Casa Grande e Senzala*, passado pelo *Quarto de Despejo*, até chegarem a uma escola pública federal.

Por fim, mas não menos importante reforço que esta proposta de estudos vem por uma demanda e um questionamento do cotidiano e de uma implicação deste sujeito histórico que escreve e que está imbuída na realidade racista e patriarcal do Brasil.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEPSS. Relatório do Grupo de Trabalho: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. Biênio 2015-2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2021.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

ASSIS, E.S; SILVA, S.R.V. **Protagonismo e contribuições de assistentes sociais negras na renovação do Serviço Social brasileiro**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v.16 n.1, Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1623/1585>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª ed. Ver. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. 1ª ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018
_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios,**

intervenções e diálogos/organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato, São Paulo: Veneta, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed. – São Paulo: Ática, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64** – 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações Raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

RATTS, A.; RIOS, F. **Retratos do Brasil Negro/Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Joelcio Jackson Lima; LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MARQUE, Elidio Alexandre Borges. **Filosofia da práxis, pós-colonialismos e Serviço Social no estudo da América Latina**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 51, p. 187-212, set./dez. 2021. Disponível em:

https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=54485&nrSeqCon=54040